



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Comunicação, cultura e resistência: as mídias populares como forma de empoderamento cidadão em organizações sociais¹

GUZZO, Morgani (mestranda – PPG-Letras)²

BORGES-TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas (doutora – PPG – Letras)³

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/PR

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre a comunicação como forma de resistência e empoderamento, tratando a comunicação comunitária e popular nas iniciativas de organizações sociais do terceiro setor. Por tratar-se de uma pesquisa em andamento, o recorte desse artigo compreenderá algumas discussões a respeito do terceiro setor e das organizações não governamentais como auxiliadoras no processo de empoderamento cidadão, baseadas em ações de comunicação para divulgar e disseminar manifestações culturais, a formação de novas representações sociais e a valorização das identidades de grupos periféricos ou de minoria. A comunicação é usada também como forma de publicização de mensagens das minorias e de movimentos sociais e atua no processo educacionais, via iniciativas de educomunicação. Assim, torna-se um instrumento usado na luta pela construção de novas formas de ver o mundo e de ser visto pelo Outro.

Palavras-Chave: Comunicação alternativa e popular; organizações não governamentais; cultura; identidade.

Introdução

Este recorte teórico-conceitual é parte de uma pesquisa maior, tendo como objeto de investigação a relação dos grupos minoritários organizados em entidades sem fins lucrativos do terceiro setor e o empoderamento de suas identidades, representações e culturas por meio da comunicação popular, comunitária ou alternativa.

Dentre os objetivos deste trabalho, está o esforço em compreender conceitos de organizações do terceiro setor – entre elas as organizações não governamentais – e o desenvolvimento desse tipo de entidades no Brasil. Da mesma forma, busca-se relacionar o surgimento dessas entidades com a problemática da comunicação, a qual envolve a crítica às grandes corporações de comunicação e à mídia de massa e a

¹ Trabalho a ser apresentado no GT: História da Mídia Alternativa.

² Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, mestranda da linha de pesquisa Texto, Memória e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unicentro/PR; bolsista CAPES. E-mail: morganiguzzo@gmail.com

³ Orientadora da pesquisa. Pós-doutora em Ciência da Literatura (UFRJ) e doutora em Letras (Unesp-Assis), professora associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/PR). E-mail: nincia@unicentro.br



formação de indivíduos capacitados a produzirem conteúdo para veiculação em sua própria comunidade.

O principal mote das entidades que desenvolvem comunicação alternativa, comunitária ou popular⁴ está em formar cidadãos mais críticos sobre as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que são capacitados a produzirem seus próprios conteúdos, construindo novas representações sobre si e sobre o mundo a partir de suas próprias experiências e histórias compartilhadas pela comunidade.

Assim, trata-se de compreender o surgimento e as ações de entidades sem fins lucrativos que atuam no fortalecimento da resistência de um grupo social através de iniciativas de comunicação – seja gerando empoderamento de jovens de periferia, seja valorizando as culturas e manifestações locais de grupos marginalizados pela produção e difusão da cultura de massa. Nesse aspecto, é importante evidenciar o papel das novas ferramentas de comunicação online, como os blogs e as redes sociais gratuitas como forma de disseminar ainda mais os conteúdos produzidos pelas comunidades e entidades.

Organizações não governamentais e seu contexto de surgimento

As organizações do terceiro setor, entidades que buscam melhorar condições de vida de determinado grupo social e suprir carências que o Estado, em seu dever, não consegue resolver, estão presentes em todos os países. No Brasil, o desenvolvimento de organizações não governamentais (ONGs) ou entidades sem fins lucrativos teve diferentes características no período ditatorial e no pós-ditadura. Grande parte das ONGs e demais entidades se desenvolveram em conjunto com os movimentos sociais ou entidades religiosas e atuam nos mais diversos campos, com objetivos e enfoques dos mais variados, desde meio ambiente, saúde pública, acessibilidade até a luta por

⁴ Há uma diferenciação entre as três. Como comunicação comunitária entendemos aquela que é realizada por membros da comunidade, por indivíduos muitas vezes sem formação específica em comunicação e geralmente sem remuneração. Referimo-nos à “comunicação alternativa” no sentido de comunicação independente, “livre”, desvinculada dos aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial ou político conservador. Ao abordarmos as iniciativas populares, enquadraremos sua produção como parte da corrente de comunicação popular, alternativa e comunitária, segundo a definição de Peruzzo (2009).



direitos humanos, educação e dignidade.

De acordo com a pesquisadora Ilse Scherer-Warren (2006), essas entidades estão compreendidas dentro da sociedade civil e do terceiro setor. De maneira genérica, ela conceitua “sociedade civil” a partir da distinção feita na sociologia contemporânea, que relaciona Estado, mercado e sociedade civil. Apesar de constituir um campo composto por forças sociais heterogêneas (uma multiplicidade e diversidade de segmentos sociais) relacionadas à esfera da defesa da cidadania e na sua organização em torno de interesses públicos, a sociedade civil também estabelece relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas, diversificadas e, muitas vezes, antagônicas.

Esse campo de disputa de poder compreende, também, o “terceiro setor”, termo empregado para denominar “organizações formais sem fins lucrativos e não governamentais com interesse público”. Embora a sociedade civil incorpore esse setor, ela também é constituída, segundo Scherer-Warren (2006, p. 110), pela participação cidadã em sentido mais amplo, ou seja, é a “[...] representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas”.

Estão enquadradas no terceiro setor as organizações não governamentais (ONGs), as cooperativas, as associações, fundações, institutos, instituições filantrópicas, entidades de assistência social e, hoje em dia, também as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

As ONGs surgiram no Brasil através da formação de centros de educação popular, promoção social e de assessoria, compondo um conjunto de entidades e agentes especializados. De acordo com Aline Maria Batista Machado (2012), são inúmeros os conceitos que surgem para definir as organizações não governamentais. Devido à heterogeneidade entre elas e o caráter nem sempre não governamental, não assistencialista ou não lucrativo, não há consenso para essa definição. Portanto, segundo ela, opta-se por uma definição mais abrangente, que é aquela formulada pela Comissão Sobre Governança Global (1996):



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL *apud* MACHADO, 2012, p. 3487).

Já a Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), fundada em 1991, define as ONGs em seu estatuto, art. 2º, no qual declara:

[...] são consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos. (cf. <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em 30/10/2013).

Segundo Maria da Glória Gohn (2003), as ONGs atuantes no Brasil podem ser divididas entre caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs e ambientalistas. Dentre elas, as ONGs cidadãs nascem e crescem referidas ao campo das associações e dos movimentos sociais, demarcando seu papel como agente de democratização – característica, segundo ela, peculiar no Brasil e em alguns outros países da América Latina.

[As ONGs cidadãs são] voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, atuam no espaço urbano, tanto no campo popular como no não-popular. No campo popular, constroem redes de solidariedade promovendo ou participando de programas e serviços sociais básicos e emergenciais. No campo não-popular atuam junto a minorias discriminadas (na realidade trata-se de grandes conjuntos humanos ou categorias que em alguns locais representam a maioria da população, como as mulheres. [...]) As ONGs cidadãs têm uma grande atuação junto aos canais de comunicação e em nível de políticas públicas, fornecendo subsídios para sua elaboração, fiscalizando-as ou fazendo denúncias quando ocorrem violações e omissões. [...] A grande arma das ONGs cidadãs são as campanhas educativas e denunciadoras da violação dos direitos sociais (GOHN, 2003, p. 14).



No entanto, assim como há entidades que buscam auxiliar os movimentos sociais e as minorias, há aquelas que têm como objetivo o mantimento do *status quo*. De acordo com Machado (2012), a expressão ONG (Organização Não Governamental) foi criada pela Organização das Nações Unidas na década de 1940 “[...] para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade” (MACHADO, 2012, p. 3488). No contexto desenvolvimentista, as ONGs surgiram na América Latina para “[...] contribuir com o desenvolvimento do sistema capitalista por meio do abrandamento das questões sociais advindas deste mesmo sistema”.⁵ (MACHADO, 2012, p. 3490).

No Brasil, ainda segundo Machado (2012), as entidades que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 ainda não se denominavam ONGs. É só a partir de 1980 que a adoção do termo ocorre, conferindo às entidades uma identidade - por isso, há pesquisadores que considerem que as primeiras ONGs brasileiras só surgiram na década de 80. Machado (2012) explica que o surgimento das ONGs no período de ditadura militar - em que já vigorava a estratégia desenvolvimentista da América Latina - explica o financiamento internacional de algumas delas.

Durante a ditadura, quando os movimentos sociais foram violentamente reprimidos por expressarem um novo modelo de ação social pautado na luta pela mudança no regime político brasileiro, também foram criadas ONGs que atuavam com serviços, assessorias ou apoio aos movimentos populares. Mais conhecidas como Centros Populares, essas organizações tinham como objetivo opor-se às injustiças sociais decorrentes daquela conjuntura.

Neste período também se evidenciou o desenvolvimento da comunicação alternativa que é representada em seu conjunto, segundo Cicília M. K. Peruzzo (2009), como uma contracomunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades” e que visava exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação,

⁵ Não aprofundaremos aqui a relação entre o surgimento das ONGs e a expansão do capitalismo. Para aprofundamento, ver MACHADO (2012).



de modo a contribuir para a transformação social. As diferenças entre a comunicação de massa e a alternativa, de acordo com Peruzzo (2009), são percebidas na direção político-ideológica, na proposta editorial, nos modos de organização (de base popular e coletiva) e nas estratégias de produção/ação (a comunicação alternativa era caracterizada por seu vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador, etc.). No período ditatorial, devido ao grande risco de prisão e condenação política, censura e controle estatal a produção acontecia clandestinamente.

Com o fim da ditadura, ocorrem mudanças de caráter político e social no Brasil, como a criação e a ampliação de canais de participação política e consequente influência da sociedade civil nas ações públicas. A redemocratização do país e a volta das eleições diretas, juntamente com a Constituição de 1988, consolidaram e ampliaram os direitos civis e políticos dos cidadãos – ao menos na teoria. Nesse momento, começa a abertura dos caminhos para a afirmação das identidades das ONGs (que, até então, eram motivadas pela luta por direitos civis cerceados pela ditadura). As ONGs começam, então, a redefinir seu papel numa conjuntura de reorganização da sociedade civil, construindo discursos de autonomia diante do Estado, das Igrejas, dos movimentos populares, partidos e Universidades.

Machado (2012, p. 3494-5) explica que as mudanças conjunturais fizeram com que as organizações não governamentais redefinissem seus discursos a partir de uma “conversão” de valores, passando da ideia de revolução (anos 1960) para a ideia de democracia (anos 1980). Esta mudança fez com que essas ONGs elaborassem uma crença de autonomia do indivíduo para a transformação social, que é vista de forma crítica pela autora.

[...] Assim, a visão de empowerment (empoderamento) é compartilhada: “levantar-se puxando os cordões dos próprios sapatos” e/ou “cada ser em si possui o dom de ser capaz e ser feliz” (...) A ideia de autonomia, de empowerment do indivíduo pode ser compreendida nesse contexto, em que são produzidas fantasias mobilizadoras que permitem o funcionamento das instituições, o ir “tocando em frente”. (LYRA *apud* MACHADO, 2012, p. 3494-5).

Se, num primeiro momento, as ONGs estão intrinsecamente ligadas aos movimentos sociais, a partir dessa nova conjuntura começa a haver uma ruptura desse



vínculo. A autonomização política revela a submissão de ONGs aos seus órgãos financiadores – entre os quais, muitas vezes, o próprio Estado – tornando algumas delas meras prestadoras de serviços. Porém, considerando as características heterogêneas entre as ONGs, não é possível generalizar: ainda há aquelas que estão ligadas aos movimentos sociais, mas sua atuação em muito se diferencia da ação de militância dos movimentos.

Ao considerar as ONGs que, desde sua gênese, atuam em conjunto aos movimentos sociais, Machado (2012, p. 3497) chama a atenção para aquelas que prestam assessoria ou apoiam os movimentos por meio da Educação Popular na perspectiva freireana “[...] visto que passam a interferir diretamente nas opiniões e visões de mundo dos sujeitos sociais que recebem seus serviços, reproduzindo uma educação crítica, problematizadora, que segue na perspectiva emancipatória”. Nesse sentido, a autora esclarece que apesar de serem identificadas como cidadãs ou progressistas, por terem grande contribuição no estímulo à mobilização popular e “participação cidadã” e alcançado conquistas no âmbito de políticas públicas locais, há limitações enfrentadas por estas ONGs, principalmente por lutarem por mudanças pontuais e não estruturais; por não lutarem contra as raízes dos problemas sociais, o sistema capitalista, mas contra a estratégia atual desse sistema, o neoliberalismo, que as coloca numa posição reformista e não transformadora⁶.

Embora não aprofundemos a discussão sobre o caráter limitante das ações das ONGs para a transformação do sistema (em relação à sociedade capitalista), ao nos embasarmos nos conceitos de comunicação popular e nas práticas de resistência de grupos minoritários frente à homogeneização da cultura, de suas identidades e representações sociais evidenciaremos que há uma busca pelo caráter transformador das ações das ONGs, principalmente por meio da produção e da disseminação de conteúdos que pretendem que a comunidade se faça ouvir pelo restante da sociedade.

⁶ Machado (2012, p. 3498) critica e apresenta as limitações das ONGs envolvidas em sua pesquisa. Uma das críticas está na questão de estas organizações não governamentais estarem limitadas à “consciência comunitária” (o descobrir-se enquanto comunidade) ao invés de uma “consciência de classe” (o descobrir-se enquanto sujeito social de uma subalterna, que vive em condições de exploração e cominação na sociedade capitalista).



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

Organizações não governamentais e comunicação comunitária, popular e alternativa

Scherer-Warren (2006) subdivide a sociedade civil organizada em quatro níveis: associativismo local, formas de articulação inter-organizacionais, mobilizações na esfera pública e, por fim, a rede de movimentos sociais. Ao compreender as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano – ou voltados para estas bases, como são algumas organizações não governamentais –, o associativismo local é o primeiro nível de organização de sujeitos mobilizados em busca de mudanças sociais. A união e a busca por uma participação dentro de organizações nacionais, redes de movimentos sociais ou articulações inter-organizacionais ampliam a visibilidade dessas organizações do terceiro setor e possibilitam, em nível mais alto, que mudanças sejam efetivadas.

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113-4).

Scherer-Warren (2006) argumenta que é no espaço das mobilizações de base local que se reafirmam e consolidam as identidades coletivas, reforçando o sentimento de pertencimento, os simbolismos das lutas e os projetos/utopias que são significação e longevidade aos movimentos, ou seja, é nesse espaço que o empoderamento político e simbólico das organizações de base local se constroem e se reconstroem de forma mais efetiva; é a partir dessas mobilizações que representações sociais são postas sob rasura e questionadas de forma crítica, e, a partir destes questionamentos que nascem frentes de luta para mudança social ligada às identidades de minorias, à memória coletiva de determinado grupo social e às representações da periferia, por exemplo. É o caso do Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua, entidade sem fins lucrativos de Vila Velha-ES, que construiu, no período de 2007 a 2013 materiais jornalísticos



questionando os estereótipos sobre a população jovem das comunidades da cidade e buscando transformar as representações sociais a respeito do negro, da mulher e da cultura de periferia por meio de revistas, documentários, programas de rádio, campanhas informativas e demais produtos realizados dentro dos princípios da comunicação popular e comunitária⁷.

De acordo com Scherer-Warren (2006), o ativismo social tem sofrido mudanças no período pós-ditatorial e com o desenvolvimento das novas mídias digitais e, dessa forma, tende a protagonizar um conjunto de ações orientadas aos mais excluídos, discriminados, carentes e dominados. Portanto, a nova militância dá lugar a ONGs que mesclam as três formas de atuação da divisão clássica – ‘*think tanks*’ (ou produtoras de conhecimento), ativistas (ou cidadãos) e prestadoras de serviço (ou de caridade) -, tendo em vista seus compromissos com o pró-ativismo no campo da democracia. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 120-1).

O trabalho de mediação das ONGs e dos movimentos sociais é direcionado ao empoderamento dos sujeitos por meio de práticas sociais e pedagógicas que, segundo Scherer-Warren (2006, p. 122-3), podem ocorrer em três etapas: 1) atuar no sentido de resgatar a dignidade dos sujeitos socialmente excluídos, de resgatar positivamente suas raízes culturais, simbólicas, estéticas, etc., potencializando as iniciativas para enfrentar e resolver problemas sociais; 2) promover novas formas de ação coletiva junto às populações excluídas; potencializando os mecanismos de reconhecimento social, de solidariedade, de cooperação, de confiança, de reciprocidade, enfim, construindo uma nova ética para o social; e 3) associar-se a outras experiências empoderando-se, assim, na direção de uma rede de movimento social. Estas etapas constituiriam, de acordo com a pesquisadora, o trabalho de empoderamento democrático e de inclusão social das bases, possibilitados pelo combate à exclusão, luta por direitos, reconhecimento da diversidade dos sujeitos e pluralismo de ideias e promoção da democracia nos mecanismos de participação.

É possível identificar nas iniciativas de comunicação popular essas etapas de empoderamento. De acordo com o pesquisador e comunicólogo argentino Mario Kaplun (1996), a comunicação popular é uma comunicação pedagógica com a finalidade de

⁷ Estudo a respeito dessa iniciativa foi feito por Guzzo (2013).



possibilitar a participação da comunidade na produção e difusão de conteúdos e promover a problematização de sua realidade. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, tanto a comunicação popular quanto a atuação das ONGs, desde sua gênese, está relacionada com a educação popular (desenvolvida nos pressupostos de Paulo Freire⁸). Com base nos estudos de Freire, Kaplun (1996) buscou definir o que seria uma comunicação participativa, com foco na pedagogia da comunicação, ou seja, na utilização da comunicação como forma de problematizar a realidade e de buscar soluções para os problemas encontrados na comunidade.

De acordo com Bona et al (2007), o método de Kaplun de participação na formação de comunicadores-educadores populares atingiu 16 países da América Latina. Seu objetivo era, entre outros, formar cidadãos capazes de utilizar as ferramentas da comunicação – seja no campo, nas comunidades ou na educação de jovens, nos sindicatos, nas pastorais, etc. – e estimular uma recepção e leitura crítica das mensagens dos meios de comunicação. Portanto, Kaplun concebia os meios de comunicação como instrumentos de educação popular e fomentadores de um processo educativo transformador. Em seu livro “El Comunicador Popular”, Kaplun (1996) explica que há duas concepções de “comunicação” e que antes de qualquer coisa, é preciso definir com qual conceito se trabalha para evidenciar em qual sociedade se vive. Segundo ele, com o surgimento dos meios de comunicação de massa, a concepção de comunicação como ato de informar, transmitir, emitir informações e mensagens tornou-se predominante. “A forma de operar dos meios se converteu em modelo referencial, em paradigma de comunicação. Para estudá-los, se construiu toda uma ‘teoria da comunicação’, que se centrava exclusivamente na transmissão de sinais e mensagens” (KAPLUN, 1996, p. 65, tradução nossa)⁹. Esta concepção, segundo ele, reflete uma sociedade hierarquizada e autoritária, concebida a partir do poder. A concepção correta de “comunicação” para ele é aquela derivada de comunidade, de comunhão, que expressava algo que se

⁸ Paulo Freire é o autor do livro *Pedagogia do Oprimido*. Suas pesquisas objetivam criar um método de comunicação participante, que desperte o educando para a aprendizagem compartilhada e o torne consciente e atuante para a transformação de sua realidade. Kaplun cita Freire ao desenvolver seu conceito de “educação comunicante”: “La educación es praxis, reflexión y acción del hombre sobre el mundo para transformar”. (Freire apud Kaplun, 1996, p. 51).

⁹ “La forma de operar de estos medios se convirtió en modelo referencial, en paradigma de comunicación. Para estudiarlos, se construyó toda una ‘teoría de la comunicación’, que se centraba exclusivamente en la transmisión de señales y mensajes” (KAPLUN, 1996, p. 65)



compartilha: que se tem ou se vive em comum. Nesta comunicação entendida como diálogo, reciprocidade, tem-se uma sociedade democrática.

É baseada neste princípio de comunicação que as organizações e entidades realizam trabalhos de produção de conteúdos pela comunidade. O compromisso dessas iniciativas é em construir uma sociedade mais participativa e democrática a partir do fortalecimento das lutas sociais e do empoderamento das minorias, aspecto que caracteriza esse tipo de iniciativa dentro do que Gohn (2003) definiu como ONGs “cidadãs”.

Quanto às iniciativas de comunicação ligadas à sociedade civil, Gohn (2010) argumenta que devido à importância dos meios de comunicação na sociedade, setores da sociedade civil organizada começam a despertar para a necessidade de organizações ao redor dessa temática, especialmente a mídia escrita e audiovisual, a exemplo da TV e da internet. Os espaços comunicacionais também são estratégicos para os movimentos sociais e demais entidades como forma de publicizar suas demandas.

[...] As rádios livres ou comunitárias (Cf. LEAL, 2007) também se destacam nesta área, como uma das formas de viabilizar processos de pressão de suas demandas, além de formas de expressão cultural que utilizam várias mídias independentes, como o grafite, o teatro de rua, e a convocação de atos instantâneos de protesto, via blogs da internet. (Gohn, 2010, p. 149).

Peruzzo (2004) argumenta que a comunicação possui um papel fundamental de conhecimento e informação sobre o mundo nesse contexto globalizante, mas também tem um papel na (re)interpretação dos fatos e na (de)formação do imaginário coletivo e na influência nos processos eleitorais. A manipulação dos meios nas mãos de poucos e grandes grupos, segundo ela, tem causado prejuízos para o processo efetivo de democratização. Na linha de resistência, a pesquisadora identifica grupos e entidades que têm procurado oferecer alternativas válidas em muitos países, inclusive na América Latina. Os movimentos populares, em virtude de sua atuação crescente e do papel que representam na redemocratização política, estão dando maior importância aos meios e buscando maior participação neles. Para Peruzzo (2004), devido às dificuldades – comercial, monopólio etc. –, tornou-se imperioso buscar um novo contexto de ação que está se ampliando: a comunicação popular, “[...] gestada no interior da organização dos



movimentos sociais populares nos anos setenta e oitenta”.

Estes [mecanismos de comunicação popular e comunitária] constituem-se com mais desenvoltura na fase de declínio do regime militar autoritário, no contexto de uma sociedade civil inconformada com as condições sociais, políticas e econômicas vigentes no Brasil. Com isso, num momento importante de nossa história, novos personagens ajudam a compor a dinâmica social e a remodelar valores. (PERUZZO, 2004, p. 21).

Na busca por legitimação de suas práticas e modos de produção cultural comunitárias, ONGs utilizam a comunicação também como formação cidadã, aliada à questão educacional. Numa busca rápida pelas iniciativas, encontramos como exemplos a Auçuba – Comunicação e Educação¹⁰, de Recife-PE, a Catavento e a Comunicação e Cultura¹¹, ambas de Fortaleza-CE.

A Catavento Comunicação e Educação¹², por exemplo, surgiu em 1991 a partir de um programa da Rádio Universitária FM sobre educação ambiental e em 1995 se tornou ONG focada na comunicação e na educação como estratégia para o desenvolvimento humano. De acordo com o site da entidade, a estratégia de mobilização social, compreensão e transformação de realidades está ancorada na sua aproximação com processos educativos. Formada majoritariamente por estudantes e profissionais da área de comunicação e pedagogia, a ONG tem como missão a democratização da produção e do acesso ao conhecimento.

Através dos projetos elaborados e desenvolvidos pela equipe do Catavento, busca-se democratizar e ampliar a compreensão sobre as diversas formas de comunicação, promover a troca de saberes entre diferentes culturas e sensibilizar os profissionais para a dimensão educativa dos processos comunicacionais e a dimensão comunicativa dos processos educativos. Conceitos como ecologia, desenvolvimento sustentável, protagonismo juvenil, gênero e geração são abordados de forma transversal no cotidiano da entidade. (Disponível em: <<http://www.catavento.org.br/conteudo.php?codigo=10>>. Acesso em 12/02/2014.

¹⁰ <http://www.aucuba.org.br/portal/>

¹¹ <http://www.comcultura.org.br/>

¹² <http://www.catavento.org.br/index.php>



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

A atuação de ONGs como a Catavento convergem com a teoria desenvolvida por Kaplun (1996) sobre a pedagogia da comunicação, a comunicação popular e o processo democrático que envolve a comunicação e a educação. Os projetos da Catavento envolvem geralmente o rádio (seja rádio-escola, rádio comunitária ou capacitação de radialistas e emissoras para um olhar diferenciado sobre algum tema). Um deles é o Pontão de Cultura “Rede Boca no Trombone – a cultura do semiárido brasileiro navegando nas ondas do rádio”, que nada mais é que a articulação de Pontos de Cultura do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que vinculam produtores culturais que participam de oficinas realizadas pela ONG e integram a produção do programa sugerindo pautas. O objetivo é a formação da “Rede de Correspondentes Cultura Viva”, que vai difundir as manifestações culturais do semiárido em programas de rádio disponibilizados na web-rádio do Ministério da Cultura e no site da Ong Catavento. Outros projetos são: “Catadores de sonhos: o rádio educativo na construção da cidadania ambiental”, o “Cordel do Rádio Encantado”, “Eu Prometo Já Morreu”, “Dois dedos de prosa – o rádio na valorização da cultura oral do povo do semi-árido”, o “Segura essa onda” entre outros. De acordo com a entidade, a ideia é utilizar o rádio para ampliar o espaço e as possibilidades de diálogo e participação política de jovens, crianças e educadores.

Já a ONG Comunicação e Cultura, fundada em 1988 tem como missão atuar em escolas, principalmente públicas, visando promover a formação cidadã de crianças e adolescentes e contribuir para a qualidade do ensino por meio de sua atuação nas áreas de educomunicação e produção de jornais escolares, estudantis e juvenis, conscientização a respeito da publicidade que tem a infância como alvo e defesa do meio ambiente. De acordo com o site da ONG, a instituição é declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, estando inscrita no Conselho Nacional de Serviço Social. Entre os programas que a entidade desenvolve, estão, o Primeiras Letras (que apoia a publicação de jornais com textos e desenhos dos alunos do ensino fundamental, com edição dos professores), o Fala Escola (publicação de jornais dos alunos dos anos finais do ensino fundamental) e o Clube do Jornal (que viabiliza a publicação de jornais de autonomia dos adolescentes do ensino médio).

Em uma rápida análise das iniciativas citadas acima, evidencia-se a



instrumentalização da comunicação em parceria com o processo educacional. Dessa forma, além de publicizar conteúdos de produção popular ou comunitária, os projetos dessas ONGs visam a formação cidadã de estudantes de escolas públicas, principalmente crianças e jovens, pensando possivelmente em auxiliar no desenvolvimento de futuros adultos com mais poder de ação, de reflexão e de transformação de suas realidades.

Conclusão

Dentre as inúmeras ONGs que ainda partilham da luta por direitos (civis, políticos, socioeconômicos, culturais, ambientais), aquelas que têm como enfoque o direito à comunicação - independente de sua ligação com movimentos sociais - geralmente envolvem ações mais amplas, como o desenvolvimento da cultura, das identidades (de raça, gênero, etnia etc.) e educação para a cidadania, o que está ligado à primeira etapa do processo mencionado por Scherer-Warren (2006) de resgate da dignidade dos sujeitos excluídos.

A construção e de meios e mensagens alternativos é importante também no sentido de promover e divulgar percepções diferenciadas sobre o mundo – alternativas àquelas que veiculam nos meios de comunicação de massa. Além disso, há o objetivo de fazer com que movimentos sociais ou demais iniciativas da sociedade civil tenham maior repercussão, alcancem públicos externos e cheguem a outras comunidades e categorias profissionais, ganhando maior notoriedade perante a sociedade em geral.

Há ainda as iniciativas que veem na comunicação um instrumento de educação para a cidadania, muitas vezes ligado ao processo educacional de escolas de ensino fundamental e médio, principalmente públicas. A formação de alunos que produzem seus próprios conteúdos é importante inclusive no sentido de estimular a reflexão a respeito das mensagens dos meios de comunicação hegemônicos consumidas diariamente, seja nos jornais ou na publicidade.

Por esses aspectos, a comunicação, que se faz cada vez mais necessária em ONGs, torna-se também o objetivo final das ações das próprias ONGs evidenciando a busca pela concretização de um objetivo maior, que é intervir na realidade, transformar



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

mentalidades e formar cidadãos empoderados.

Referências bibliográficas

- BONA, Nívea, CONTEÇOTE, Marcelo Luís & COSTA, Laílton. *Kaplún e a Comunicação Popular*. Anuário Unesco, Metodista de Comunicação Regional, Ano 11 n.11, 169-185, jan/dez 2007.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. 2003. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3ed. São Paulo: Cortez.
- GUZZO, M. . Olho da Rua: estratégias de produção midiática comunitária para educação e preservação da memória e da cultura coletiva. In: IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - IX Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã, 2013, Curitiba/PR. Anais Mídia Cidadã 2013. Curitiba: UFPR, 2013. p. 01-15.
- KAPLUN, M. 1996. *El comunicador popular*. Buenos Aires: Editorial Lumen-Hvmanitas.
- PERUZZO, C. M. K. 2004. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- PERUZZO, C. M. K. 2009. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, 17; 131-146.
- SCHERER-WARREN, I. 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1); 109-130.